

Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes

**AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO
ESTADO DE SÃO PAULO**

Em 31 de dezembro de 2021

AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes

ÍNDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Administradores da
AMEO - Associação da Medula Óssea do Estado de São Paulo
São Paulo, SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **AMEO - Associação da Medula Óssea do Estado de São Paulo (“Associação”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AMEO - Associação da Medula Óssea do Estado de São Paulo** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)), combinadas com os aspectos contábeis contidos na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **Associação**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório datado de 11 de junho de 2021, contendo ênfase de auditoria referente a concentração de receita por meio dos créditos da nota fiscal paulista, que se retira por não ser aplicável para este exercício, pois a **Associação** obteve maiores doações de pessoas jurídicas e físicas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **Associação** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucros (ITG 2002 R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Associação** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Associação** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Associação** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Associação**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Associação**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Associação** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, SP, 18 de agosto de 2023.

GF AUDITORES INDEPENDENTES

CRC 2SP 025248/O-6



Vlademir Ortiz Pereira
Contador CRC 1SP 210264/O-1

AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>		<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.391.971	855.993	Fornecedores	7	40.960	8.984
Outros créditos		2.812	38	Obrigações trabalhistas	8	38.129	32.435
Despesas do exercício seguinte		2.067	2.073	Obrigações tributárias		301	54
		1.396.850	858.104	Outros passivos		3.942	3.002
Não circulante						83.332	44.475
Outros créditos		4.431	4.431	Patrimônio líquido			
Imobilizado	6	599.648	45.705	Patrimônio social	10	1.917.597	863.765
		604.079	50.136			1.917.597	863.765
Total do Ativo		2.000.929	908.240	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.000.929	908.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas operacionais			
Contribuições e doações - Casa de Apoio		669.799	70.658
Créditos nota fiscal paulista		516.119	366.417
Contribuições e doações		447.894	306.447
Trabalho voluntariado		397.469	249.329
Receita líquida de prestação de serviços		3.496	19.743
Outras receitas das atividades		66	-
Capacitação de gerentes de dados		-	793.011
Total de receitas operacionais	11	2.034.843	1.805.605
Custos e despesas operacionais			
(-) Custos operacionais			
Trabalho voluntariado		(397.469)	(249.329)
Custos assistência social casa do apoio		(223.259)	(107.571)
Custos assistência social matriz		(79.901)	(29.264)
Capacitação de gerentes de dados		-	(891.390)
Custos operacionais	12	(700.629)	(1.277.554)
(-) Despesas operacionais			
Despesas administrativas	13	(306.054)	(322.160)
Despesas tributárias		(3.786)	(4.408)
Despesas operacionais		(309.840)	(326.568)
Total de custos e despesas operacionais		(1.010.469)	(1.604.122)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		34.007	23.782
Despesas financeiras		(4.549)	(7.266)
	14	29.458	16.516
Superávit do exercício		1.053.832	217.999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) do exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	665.540	(19.774)	645.766
Incorporação ao patrimônio social	(19.774)	19.774	-
Déficit do exercício	-	217.999	217.999
Saldo em 31 de dezembro de 2020	645.766	217.999	863.765
Incorporação ao patrimônio social	217.999	(217.999)	-
Superávit do exercício	-	1.053.832	1.053.832
Saldo em 31 de dezembro de 2021	863.765	1.053.832	1.917.597

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.053.832	217.999
Itens que não afetam o caixa:		
(+) Depreciação e amortização	36.569	12.860
	1.090.401	230.859
(Aumento)/redução nos ativos em		
Outros créditos	(2.774)	5.897
Despesas do exercício seguinte	6	1.037
Aumento/(redução) nos passivos em		
Empréstimos (conta garantida)	-	(84)
Fornecedores	31.976	(6.621)
Subvenções a realizar	-	(1.106.289)
Obrigações tributárias	247	(607)
Obrigações trabalhistas	5.694	(30.695)
Outros passivos	940	(37)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	36.089	(1.137.399)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
(-) Aquisições de ativo imobilizado	(590.512)	(1.870)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	(590.512)	(1.870)
(Decréscimo) / Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	535.978	(908.410)
No início do exercício	855.993	1.764.403
No final do exercício	1.391.971	855.993
(Decréscimo) / Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	535.978	(908.410)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em Reais)

1. Informações gerais

A AMEO – Associação da Medula Óssea do Estado de São Paulo ("**AMEO**"), constituída em 10 de junho de 2003 sob a forma de **Associação**, é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com sede na Rua Dona Veridiana, nº 410 - sala 32 – Vila Buarque – São Paulo – SP; certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, por Despacho do Secretário Nacional de Justiça, publicado no DOU de 17 de agosto de 2005, mantendo até a presente data a qualificação de OSCIP. A AMEO tem como finalidade promover gratuitamente a saúde, consoante inciso IV do artigo 3º da Lei nº 9.790/99, especialmente quanto ao incentivo e divulgação da doação voluntária da medula óssea como gesto espontâneo de responsabilidade social e, neste sentido:

- a) Planejar, organizar, implementar e divulgar campanhas educativas sobre doação de medula óssea em empresas públicas e privadas, sindicatos, escolas, universidades e em qualquer organização da sociedade civil, visando, criar a consciência do humanitarismo e da responsabilidade social do ato;
- b) Estimular o poder público municipal, estadual a investir, permanentemente em programas de comunicação social que visem incentivar a população a se cadastrar como doadora de medula óssea;
- c) Manter intercâmbio com os hemocentros e associações de doadores de medula óssea de outras cidades, estados e países;
- d) Estimular os doadores e pacientes de outras regiões do Brasil a organizarem-se em associações similares a esta;
- e) Promover a melhoria da assistência, conhecimento e acompanhamento dos pacientes que buscam diagnósticos, tratamento e recuperação das doenças hematológicas;
- f) Organizar a coleta e o processamento das doações de medula óssea no Hemocentro da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo ou colaborar no encaminhamento para outros locais no caso de ausência desta;
- g) Pleitear junto aos órgãos provimento do material necessário à realização dos exames de histocompatibilidade, para garantir o aproveitamento de todas as amostras coletadas;
- h) Manter intercâmbio com o Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (REDOME), no intuito de agilizar o registro dos doadores voluntários e dos pacientes;
- i) Auxiliar o programa de transplante de medula óssea por meio da efetiva sincronização entre hemocentros, laboratórios de histocompatibilidade, registro de doadores e centros de transplantes.

1.1 Desenvolvimento das atividades

A **Associação** revisou toda estrutura de despesas, o que levou a acelerar um profundo corte de gastos, revisão de processos e reestruturações internas. Além disso houve a intensificação de ações para aumentar a receita no programa da Nota Fiscal Paulista.

O conjunto de medidas implementadas pela Administração ao longo dos últimos anos, tanto na parte de revisão de custos, quanto na ampliação do mix de receitas, se mostraram assertivas.

Continuamos mantendo foco nos objetivos da **Associação** e acreditamos que as ações em curso aumentaram e aumentarão o grau de sustentabilidade econômica, e viabilizarão a melhoria do retorno sobre o capital, por meio das economias obtidas nas revisões de processos e da sinergia resultante da integração das áreas.

No exercício de 2021, houve a arrecadação de doações para reforma da Casa de Apoio HC, que irá dobrar a capacidade de atendimento a cocientes transplantados

Para o exercício de 2022, a expectativa é a de manter a operação gerando caixa suficiente para manutenção das atividades, com o grande desafio da inauguração da Casa de Apoio-AMEO HC.

A **Associação** continuará mantendo altos padrões de governança corporativa, compromisso com a ética, alto padrão de qualidade de seus serviços e processos, com o objetivo de fortalecer sempre mais a parceria com nossos pacientes.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) e a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - “Entidades sem Finalidade de Lucros”, ambas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as quais levam em consideração as disposições contidas nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nessas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a **Associação** atua (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da **Associação**, a sua moeda de apresentação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

d) Uso de estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

e) **Aprovação das demonstrações contábeis**

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 26 de abril de 2023.

3. **Resumo das principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

i. **Ativos financeiros não derivativos**

A **Associação** reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a **Associação** se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A **Associação** tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a **Associação** gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da **Associação**. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber, outros créditos e despesas antecipadas.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações dos projetos de lei incentivados.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a **Associação** se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A **Associação** baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A **Associação** tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outros passivos.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

ii. Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2021 e 2020, incluindo operações de hedge.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários mantidos em conta corrente e aplicação financeira. Esses ativos são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo foram incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo foi baixado.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, quando necessário.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

- | | |
|---------------------------------------|---------|
| • Móveis e utensílios | 10 anos |
| • Máquinas e equipamentos | 10 anos |
| • Benfeitoria em imóveis de terceiros | 5 anos |
| • Equipamentos de computação | 5 anos |

c) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

d) Subvenções a realizar

As subvenções a realizar são valores obtidos por meio do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON). São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor do projeto correspondente.

e) Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a **Associação** tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

f) Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da **Associação**, acrescido ou reduzido dos superávits/déicits apurados anualmente desde a data de sua constituição, sendo empregado integralmente nos objetivos sociais da **Associação** conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

g) Apuração do superávit / déficit

De acordo com o parágrafo 15 da Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit ou parte dele que tenha alguma restrição em sua destinação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.

No caso da **Associação**, o superávit será integralmente incorporado ao Patrimônio social após a aprovação da Assembleia Geral dos Associados.

h) Receitas

As receitas da **Associação** são provenientes, substancialmente, de doações de pessoas físicas e jurídicas, dos créditos da nota fiscal paulista e do projeto PRONON.

i) Despesas

As despesas da **Associação** são comprovadas por meio de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

j) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros em aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

k) Apuração do resultado

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

l) Arrendamentos mercantis (financeiro e operacional)

A **Associação** não possui operações de arrendamento mercantil financeiro. Os arrendamentos se referem à imóveis destinados para a realização de suas operações e foram classificados como arrendamento operacional, sendo os correspondentes valores reconhecidos no resultado.

m) Demonstração de resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio social que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes, ou seja, o déficit do exercício é igual ao resultado abrangente.

n) Imunidade e isenção tributária

A **Associação** goza de imunidade de Imposto de Renda (IRPJ), isenção da Contribuição Social sobre o superávit e COFINS sobre a receita por se tratar de Entidade sem fins lucrativos.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A **Associação** está exposta aos seguintes riscos financeiros: riscos de crédito e de liquidez.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento de valores contratados, o que é de baixo risco pois os principais recursos da **Associação** provêm de doações e do convênio.

O risco de crédito é reduzido também em virtude de procedimentos de avaliação de contas correntes e em aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras de primeira linha

(b) Risco de liquidez

É o risco de a **Associação** não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A **Associação** realiza aplicações financeiras em instituições financeiras de primeira linha com objetivo de minimizar os riscos de liquidez. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da **Associação** ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para reinvestimento, além de manter uma estrutura de capital que seja suficiente para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa		
Fundo fixo de caixa	973	1.124
	973	1.124
Banco conta movimento		
Banco Itaú S/A - c/c 41133-1	10	10
Banco Itaú S/A - c/c 53136-9	10	10
Banco Itaú S/A - c/c 99.887-3	26	-
	46	20
Aplicações financeiras		
Banco Itaú S/A	1.390.952	854.731
Banco Santander S/A	-	118
	1.390.952	854.849
	1.391.971	855.993

Aplicações financeiras

Os saldos de aplicações financeiras incluem rendimentos auferidos *pró-rata temporis* até a data do balanço, que não excedem ao seu valor de mercado ou de realização, não havendo prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, representados por:

Certificados de Depósitos Bancários - CDB's

Aplicações realizadas em Certificados de Depósitos Bancários (CDB's) junto a instituições financeiras de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais de variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs).

Fundos de renda fixa

Recursos aplicados em fundos de investimentos financeiros lastreados em títulos de renda fixa.

As aplicações financeiras são remuneradas às taxas que variam entre 95% a 102% do Certificado de Depósito Interbancário.

6 Imobilizado

	<u>% Depreciação</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Máquinas e equipamentos	10%	1.816	1.816
Móveis e utensílios	10%	21.783	21.783
Equipamentos de computação	20%	66.719	66.719
Benfeitoria em imóveis de terceiros	20%	590.512	-
Equipamentos de comunicação	20%	1.456	1.456
		682.286	91.774
(-) Depreciação acumulada		(82.638)	(46.069)
		599.648	45.705

O ativo imobilizado é representado pelos bens destinados à manutenção das atividades da **Associação** e estão registrados ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com as taxas descritas na nota nº 3d.

A movimentação ocorrida no exercício está a seguir demonstrada:

	<u>Saldo</u>			<u>Saldo</u>
	<u>31/12/20</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/21</u>
<u>Custo Total</u>				
Máquinas e equipamentos	1.816	-	-	1.816
Móveis e utensílios	21.783	-	-	21.783
Equipamentos de computação	66.719	-	-	66.719
Benfeitoria em imóveis de terceiros	-	590.512	-	590.512
Equipamentos de comunicação	1.456	-	-	1.456
	91.774	590.512	-	682.286
<u>Depreciação acumulada</u>				
Máquinas e equipamentos	(1.816)	-	-	(1.816)
Móveis e utensílios	(13.143)	(1.595)	-	(14.738)
Equipamentos de computação	(30.798)	(10.588)	-	(41.386)
Benfeitoria em imóveis de terceiros	-	(24.240)	-	(24.240)
Equipamentos de comunicação	(312)	(146)	-	(458)
	(46.069)	(36.569)	-	(82.638)
Saldo líquido	45.705	553.943	-	599.648

As adições à depreciação acumulada foram registradas integralmente no resultado, na conta “Despesas gerais e administrativas”.

Bens oferecidos em garantia

A **Associação** não possui bens oferecidos em garantia ou quaisquer ônus/restrições à plena utilização dos bens do ativo imobilizado.

7 Fornecedores

Os saldos correspondem aos valores a pagar aos fornecedores nacionais, em moeda nacional relacionados às compras de matérias-primas e insumos agrícolas para manutenção das operações da **Companhia**. Não havia títulos vencidos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

8 Obrigações trabalhistas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisão de férias e encargos sociais	19.661	28.152
Salários a pagar	9.746	2.342
INSS a recolher	5.220	1.414
IRRF s/ folha de pagamento	1.894	48
FGTS a recolher	1.608	479
	<u>38.129</u>	<u>32.435</u>

9 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- **ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- **passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

A **Associação** no exercício de 2021 e 2020 não possui passivos contingentes e ativos contingentes em andamento com probabilidade de perda provável.

10 Patrimônio Líquido

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Patrimônio social	1.917.597	863.765
	<u>1.917.597</u>	<u>863.765</u>

Patrimônio Social

No estatuto social consta que o patrimônio social, receitas, recursos e eventual superávit operacional serão aplicados integralmente, na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, sendo vedada qualquer forma de distribuição de resultados, dividendos, participações ou diluição de parcela de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.

Com base na Lei 9.718/98, as Entidades sem fins lucrativos para se manterem imunes do pagamento de Imposto de Renda e isentas da Contribuição Social devem destinar integralmente seus superávits à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Superávit do exercício

O superávit do exercício de 2021 no montante de R\$ 1.053.832 (superávit de R\$ 217.999 em 2020) é incorporado à conta patrimônio social no patrimônio líquido, após a aprovação da Assembleia Geral dos Associados.

11 Receita Líquida de serviços

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita de prestação de serviços		
Prestação de serviços	3.800	21.460
(-) Deduções de receitas de serviços	(304)	(1.717)
	3.496	19.743
Cotribuições e doações		
Doações pessoas jurídicas - sem restrição	309.177	83.655
Doações exterior - sem restrição	86.373	175.384
Doações pessoas físicas - sem restrição	52.344	43.657
Outras receitas	66	3.751
	447.960	306.447
Cotribuições e doações Casa de Apoio		
Doações pessoas físicas - sem restrição	8.322	12.553
Doações pessoas jurídicas - sem restrição	23.666	4.242
Doações exterior - sem restrição	-	51.800
Venda de produtos bazar	-	2.063
	31.988	70.658
Cotribuições e doações Casa de Apoio HC		
Doações pessoas físicas - sem restrição	619.911	12.553
Doações pessoas jurídicas - sem restrição	17.900	4.242
Doações exterior - sem restrição	-	51.800
Venda de produtos bazar	-	2.063
	637.811	70.658
Demais receitas		
Créditos nota fiscal paulista	516.119	366.417
Trabalho voluntariado	397.469	249.329
Capacitação de gerentes de dados	-	793.011
	913.588	1.408.757
	2.034.843	1.805.605

Trabalho voluntário

Baseado na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo seu valor justo correspondente ao valor da prestação de serviços como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

O custo do trabalho voluntário considerou os períodos disponibilizados pelos membros do Conselho Consultivo, Conselho Fiscal e Diretoria à **AMEO**

Desta forma, baseado em valores de remuneração de mercado, foram reconhecidos nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os montantes de **R\$ 397.469** e **R\$ 249.329**, respectivamente. A contrapartida foi registrada em “Custos operacionais”.

12 Custos operacionais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Custos com assistência social Matriz		
Aluguel e condomínio	(42.487)	-
Outros	(37.414)	(11.239)
Campanhas	-	(9.870)
Serviços de terceiros - PJ	-	(8.155)
	<u>(79.901)</u>	<u>(29.264)</u>
Custos com assistência social Casa de Apoio		
Salários, benefícios e encargos sociais	(75.090)	(80.834)
Serviços de terceiros - PJ	(5.939)	(4.938)
Aluguel e condomínio	(36.729)	(1.945)
Outros	(32.581)	(19.854)
	<u>(150.339)</u>	<u>(107.571)</u>
Custos com assistência social Casa de Apoio HC		
Serviços de terceiros - PJ	(45.000)	-
Depreciações	(24.241)	-
Outros	(3.679)	-
	<u>(72.920)</u>	<u>-</u>
Capacitação de gerentes de dados		
Bolsa auxílio de estudo	-	(312.883)
Serviços de terceiros - PJ	-	(270.991)
Salários, benefícios e encargos sociais	-	(191.543)
Aluguel e condomínio	-	(63.361)
Serviços de terceiros - PF	-	(10.038)
Outros	-	(42.574)
	<u>-</u>	<u>(891.390)</u>
Trabalho voluntariado	(397.469)	(249.329)
	<u><u>(700.629)</u></u>	<u><u>(1.277.554)</u></u>

13 Despesas Administrativas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Salários, benefícios e encargos sociais	(117.924)	(105.150)
Serviços de terceiros - PJ	(82.045)	(142.606)
Assistência médica	(29.049)	(19.751)
INSS - Empresa	(25.603)	(11.464)
13º salário	(10.596)	(10.231)
FGTS	(9.754)	(2.098)
INSS - Terceiros	(7.071)	-
Férias	(4.161)	(17.381)
Outras despesas	(19.851)	(13.479)
	<u>(306.054)</u>	<u>(322.160)</u>

14 Resultado financeiro

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	33.795	22.138
Outras	212	1.644
	<u>34.007</u>	<u>23.782</u>
Despesas Financeiras		
Despesas bancárias	(3.760)	(5.641)
Outras	(789)	(1.625)
	<u>(4.549)</u>	<u>(7.266)</u>
	<u>29.458</u>	<u>16.516</u>

15 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a **Associação** apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias

16 Cobertura de seguros

A **Associação** contrata seguros para proteção de seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância, o valor e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, cujos montantes contratados são considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos.

* * * *